

Universidade Federal Fluminense (UFF)

Instituto de História

Disciplina: História e políticas de reparação (GHT00791)

Prof^a Angela Moreira (angelamds@id.uff.br)

6^a feira – 18h às 22h

Ementa

Reparação como conceito. Reparação como direito. Reparação no Brasil. Grupos que reivindicam políticas de reparação. Formas de reivindicação das políticas de reparação. Justiça de transição no Brasil. Instrumentos para implementação de políticas de reparação.

Objetivos

- Compreender o conceito de Justiça de Transição e como foi operacionalizado no Brasil para lidar com o passado pós-ditadura militar;
- Discutir de que forma o conceito de “reparação” foi concebido e mobilizado como um direito, a partir de políticas de reparação;
- Conhecer e analisar a atuação de instituições voltadas para a implementação de políticas de reparação para lidar com violações de direitos humanos cometidas durante a ditadura militar;
- Conhecer o debate sobre outras possibilidades de políticas reparatorias, como a reparação da escravidão negra no Brasil.

Cronograma

7/4 – Feriado Paixão de Cristo

Aula 1 - 14/4

Apresentação do programa de curso e contextualização sobre a disciplina.

21/4 – Feriado de Tiradentes

Aula 2 - 28/4

Panorama sobre o período da ditadura militar no Brasil pelo viés da repressão

Leitura para discussão em sala: JOFFILY, Mariana. O aparato repressivo: da arquitetura ao desmantelamento. In: REIS, D.; RIDENTI, M.; MOTTA, R. A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 158-171.

Aula 3 - 5/5

O que é Justiça de Transição? O que são políticas de reparação?

Leitura para discussão em sala: MEZAROBBA, Glenda. De que se fala, quando se diz “Justiça de Transição”? BIB. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, v. 67, p. 111-122, 2009.

Aula 4 - 12/5

Panorama sobre Justiça de transição no Brasil

Leitura para discussão em sala: TOSI, Giuseppe Tosi; SILVA, Jair Pessoa de A.. A justiça de transição no Brasil e o processo de democratização. In: Justiça de transição: direito à justiça, à memória e à verdade / Giuseppe Tosi...[et al.], (Orgs). João Pessoa: Editora da UFPB, 2014. p.41-61.

Aula 5 - 19/5

Características da Justiça de Transição brasileira: dimensão da reparação e criação da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos

Leitura para discussão em sala: ROTTA, Vera. Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos – Perfil institucional. Acervo, Rio de Janeiro, v. 21, nº 2, p. 193-200, jul/dez 2008.

Leitura complementar: AZEVEDO, Desirée de Lemos. *Ausências incorporadas: etnografia entre familiares de mortos e desaparecidos políticos no Brasil*. São Paulo: Unifesp, 2018.

Aula 6 - 26/5

Aula prática 1: análise das políticas de reparação instituídas no Brasil - Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos.

Aula 7 - 2/6

Características da Justiça de Transição brasileira: dimensão da reparação e criação da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos

Leitura para discussão em sala: ABRÃO, Paulo; TORELLY Marcelo D., “O programa de reparações como eixo estruturante da justiça de transição no Brasil”, In: REÁTEGUI, Félix (org.), Justiça de Transição – manual para a América Latina, Brasília, Comissão de Anistia et New York (N.Y.), International Center for Transitional Justice, 2011, p. 473-516.

Entrega do Relatório da Aula prática 1.

Aula 8 - 9/6

Características da Justiça de Transição brasileira: modalidades de política de reparação

Aula prática 2: análise das políticas de reparação instituídas no Brasil - Comissão de Anistia.

Aula 9 - 16/6

Características da Justiça de Transição brasileira: judicialização

Leitura para discussão em sala: OSMO, Carla. *Judicialização da Justiça de transição na América Latina*. Brasília, Ministério da Justiça, Comissão da Anistia, Rede Latino-Americana de Justiça de Transição (RLAJT), 2016. p. 23-25 e 27-36 (Introdução e Contextualização do problema).

Entrega do Relatório da Aula prática 2.

Aula 10 - 23/6

Características da Justiça de Transição brasileira: Comissão Nacional da Verdade

MARTINS, André Sabóia & ISHAQ, Vivien, « O legado da Comissão Nacional da Verdade: dois anos depois da publicação do Relatório, o reconhecimento judicial do direito à verdade desafia a falta de justiça efetiva », dans Amy J. Westrop (dir.), *As Recomendações da Comissão Nacional da Verdade: Balanços sobre a sua Implementação Dois Anos Depois*, Rio de Janeiro, Iser, 2016, p. 42-65.

Aula 11 - 30/6

Aula prática 3: análise de trechos do Relatório final da CNV.

Aula 12 - 7/7

Outras possibilidades de políticas de reparação no Brasil (I): a reparação da escravidão negra no Brasil

Leitura para discussão em sala: ABREU, Martha e MATTOS, Hebe “Remanescentes das Comunidades dos Quilombos”: memória do cativo, patrimônio cultural e direito à reparação” In: Iberoamericana XI, n. 42, Iberoamericana Vervuert, 2011.

Entrega do Relatório da Aula prática 3.

Aula 13 - Atividade externa de preparação da Avaliação 3

Aula 14 - 14/7

Outras possibilidades de políticas de reparação no Brasil: a reparação da escravidão negra no Brasil (II)

Leitura para discussão em sala: SANTOS, Vanilda Honória dos. “A reparação da escravidão negra no Brasil: fundamentos e propostas”. Revista Eletrônica OAB/RJ, Rio de Janeiro, V.29, N. 2, Jan./Jun. 2018.

Leitura complementar: DOMINGUES, Petrônio. Ações afirmativas para negros no Brasil: o início de uma reparação histórica. Revista Brasileira de Educação, 2005 n. 29, pp. 164–76.

Aula 15 - 21/7

Balanco da disciplina.

Entrega da Avaliação 3.

Avaliação

Avaliação 1: Avaliação processual do desempenho a partir da presença em aula, formulação de questões/dúvidas sobre a leitura básica prevista nas unidades (2 pontos).

Avaliação 2: Participação nas atividades práticas, a serem desenvolvidas de acordo com o cronograma do curso. Após a dinâmica realizada em grupo, em sala, entregar relatório organizando a atividade e as reflexões suscitadas (participação na atividade + relatório = 4 pontos).

Avaliação 3: Trabalho escrito, analisando um ou mais documentos produzidos pela Comissão Nacional da Verdade, disponíveis no SIAN do Arquivo Nacional ou no site do Observatório do Tempo Presente. Utilizar bibliografia básica e complementar prevista no programa do curso (4 pontos).

Verificação Suplementar: Prova de conteúdo, a ser postada na atividade do classroom.